Social:	Investimentos no desenvolvimento da comunidade/sociedade do entorno e pactuação com programas governamentais	Volume de investimentos para benefício para a população e as comunidades locais
	Segurança do trabalho e saúde ocupacional	Iniciativas relacionadas a programas de Segurança do trabalho e saúde ocupacional
	Balanco Social	Publicação do Balanco Social para dar conhecimento das ações empresariais ou não que têm impactos não apenas no desempenho financeiro, mas também na relação capital - trabalho e na geração ou não de riquezas e bem estar para sociedade.
	Programa de formação e qualificação de mão de obra	Número de trabalhadores abrangidos por contratos de formação e qualificação tornando-os aptos para desenvolverem suas atividades na empresa.
	Cumprimento das práticas trabalhistas	Implementar e cumprir direitos e deveres dos funcionários para o desempenho de suas atribuições na empresa.
	Seguridade dos direitos humanos	Assegurar os direitos básicos de todos os seres humanos
	Diversidade Cultural	Ações que preservem a diversidade cultural nos diferentes domínios de intervenção (línguas, educação, comunicação e criatividade) e que se revelam essenciais para a salvaguarda e para a promoção da diversidade cultural local.

III - PERCENTUAL DE REDUÇÃO NO CASO DE NÃO ATINGIMENTO DE METAS E CONDICIONANTES

Na hipótese de não cumprimento de condicionantes e metas estabelecidas no projeto, conforme previsto na legislação em vigor, a Comissão da Política de Incentivos, assegurados o contraditório e ampla defesa, poderá reduzir proporcionalmente o incentivo concedido, mediante os seguintes critérios:

METAS	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO	REDUÇÃO % DO BENEFÍCIO NO CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DE METAS
Volume de Produção	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Receita Bruta de Vendas	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Empregos Diretos	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Remuneração ou Folha de Pessoal	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Compras Gerais no Estado	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Compras de Insumos no Estado	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Vendas no Pará	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%

Vendas Interestaduais	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Vendas Exterior	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Inovação	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Sustentabilidade	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%
Investimentos	entre 75% e 99%	1%
	entre 50% e 74%	2%
	entre 25% e 49%	3%
	entre 0% e 24%	4%

DECRETO Nº 1.025, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, instituídas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a serem aplicadas no âmbito da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, incisos III, V e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural, instituídas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a serem aplicadas no âmbito da Administração Pública Estadual.

Art. 2º A transferência dos recursos pela União ao Estado do Pará, cujo montante está discriminado no Anexo III do Decreto Federal nº 10.464, de 2020, dar-se-á por intermédio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, incumbindo a gestão e operacionalização à Secretaria de Estado de Cultura.

Art. 3º Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020, constituem ações emergenciais de apoio ao setor cultural:

I - a concessão de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - a concessão de subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - a realização e publicação de editais, chamadas públicas, concessão de prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

§ 1º Os Municípios e o Estado do Pará observarão a divisão de competências estabelecidas no art. 2º do Decreto Federal nº 10.464, de 2020, definindo em conjunto a atuação de cada ente Federativo, a fim de que não haja sobreposição na execução das ações emergenciais.

§ 2º Ao Estado do Pará caberá a execução das ações descritas nos incisos I e III do caput deste artigo, devendo aplicar pelo menos 20% (vinte por cento) do valor recebido em ações emergenciais previstas no inciso III do caput deste artigo.

CAPÍTULO II DA RENDA EMERGENCIAL

Art. 4º Farão jus à renda emergencial, nos termos e condições estabelecidas nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 14.017, de 2020, os trabalhadores e trabalhadoras da cultura residentes no Estado do Pará com atividades interrompidas e que comprovem cumulativamente os seguintes requisitos: I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei Federal nº 14.017, de 2020, comprovada a atuação de forma documental ou autodeclaratória;